

Mais um volume da Revista *Iuris Dicere* apresenta-se à comunidade científica. Totalizando sete artigos científicos, a marca do primeiro número do volume 3, do ano de 2018, da Revista *Iuris Dicere*, é a internacionalização.

Alinhada com os objetivos institucionais das Faculdades João Paulo II, a Revista do Curso de Direito, *Iuris Dicere*, visa o fomento da pesquisa e disseminação do conhecimento. Promovendo o intercâmbio de informações entre diferentes profissionais e ambientes acadêmicos, o periódico tem perseguido o escopo de qualificar as suas publicações em cada novo número.

Dessa forma, a Revista *Iuris Dicere* possui periodicidade semestral, com o objetivo de contribuir para o enriquecimento do conhecimento jurídico por meio da publicação de artigos e pesquisas de alta relevância para a ciência jurídica. Possui sistema de avaliação *double blind review*, avaliação por pares cega. A linha editorial orienta-se pelo tema Direitos Humanos e Ética, subdividindo-se em: a) Constitucionalismo e garantias; b) Meio ambiente, inovação e sustentabilidade; c) Direito e Inclusão Social.

Inaugurando o terceiro volume, os pesquisadores portugueses Dr. Manuel David Rodrigues Masseno e Dra. Cristiana Teixeira Santos apresentam os resultados do estudo “Assuring Compliance of European Smart Tourist Destinations with the Principles of the General Data Protection Regulation, a Roadmap”, propondo uma análise sobre a privacidade e proteção de dados no âmbito dos Destinos Turísticos Inteligentes, desenvolvido por meio do projeto de pesquisa “Big Data, Cloud Computing y otros retos jurídicos planteados por las tecnologías emergentes; en particular, su incidencia en el sector turístico” - DER2015- 63595 (MINECO/FEDER), no âmbito da Universitat de les Illes Balears, Espanha.

Por segundo, desenvolvido no âmbito do Mestrado em Direito Ambiental na Università Cà Foscari di Venezia, Itália, os pesquisadores Dr. Luigi Benvenuti e Me. Jamila Wisóski Moisés Etchezar apresentam o artigo “La Promozione Dell’Energia da Fonti Rinnovabili: Il Quadro Normativo Italiano ed Internazionale”. Discutem os autores, a partir do Marco Normativo Italiano e Internacional, a promoção de energia por meio das fontes renováveis, analisando-se os princípios ambientais fundamentais para uma aplicação local e global.

Na sequência, o autor Mestre Bernardo Silva de Seixas apresenta o estudo intitulado “A Ideologia Jurídica Processual: A Finalidade dos Precedentes no Ordenamento Jurídico Brasileiro”, discutindo o ativismo judicial sob o prisma do sistema de precedentes e a sua vinculação aos órgãos jurisdicionais.

Já o quarto artigo publicado no presente periódico, das autoras Bel. Maria Cleci de Mello Milan e Me. Francieli Freitas Meotti, versa sobre a judicialização da saúde pública frente ao (des) cumprimento de garantias relativas ao direito à saúde por parte do Poder Público, a partir do estudo “A Judicialização da Saúde na Esfera Pública: O (Des)Cumprimento do Poder Público do

Direito Fundamental Social à Saúde”.

Abordando a proteção jurídica da criança e do adolescente contra o trabalho infantil, os autores Bel. Kárlen Silveira Leite e Me. Rafael Bueno da Rosa Moreira apresentam o artigo “Trabalho Infantil Artístico: da (des)Proteção Jurídica aos Direitos Fundamentais”, com foco na análise das violações dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes no meio artístico.

Por subsequente, o grupo de pesquisadores formado pelos autores Dra. Kelly Lissandra Bruch, Bel. Gabriel Bigarella Zugno, Esp. Jacqueline Padão e Me. Marcos Vinícius Araujo apresentam os resultados do estudo de caso sobre a “Satisfação de Usuários(as) na Mediação Judicial, um Estudo de Caso no CEJUSC do Foro Regional do Partenon”, a partir da análise de 711 pesquisas de satisfação dos usuários da mediação judicial no Foro Regional do Partenon, no período compreendido entre os anos 2015 a 2017.

or fim, encerrando o presente número, as autoras Eduarda Aparecida Santos Golart, Larissa Melez Ruviano e Me. Nathalie Nedel Kuczura propõem uma análise dos limites da liberdade de expressão a partir do caso de doação de leite materno e as manifestações de opinião nas redes sociais sobre o assunto, no artigo “O Discurso de Ódio na Sociedade em Rede: Uma Análise dos Limites da Liberdade de Expressão Frente ao Caso da Doação de Leite Materno”.

Agradecemos a ação conjunta dos autores, avaliadores e equipe editorial, para que mais uma publicação da Revista Iuris Dicere se tornasse possível, contribuindo para a ciência e o conhecimento jurídico.

Desejamos a todos uma ótima leitura!

Profa. Me. Daniela Lippstein  
*Editora-chefe da Revista Iuris Dicere*